ECOPÉDIA · JUSTIÇA E INCLUSÃO SOCIAL

O essencial sobre justiça social

O que é justiça social, ambiental e climática, como se combatem o racismo e a discriminação, quem são os povos tradicionais e o que a lei garante a crianças, idosos, pessoas com deficiência e refugiados, com fontes.



Imagem gerada por IA.

Sumário

1. Justiça social: o que é, origem do termo, Rawls e o debate
2. Justiça ambiental: o que é, origem do movimento e princípios
3. Justiça climática: o que é, origem e o que dizem os acordos
4. Declaração Universal dos Direitos Humanos: o que é, história e os 30 artigos
5. Desigualdade social: o que é, como se mede e dados do Brasil
6. Racismo: o que é, tipos, o que diz a lei e dados do Brasil
7. Povos e comunidades tradicionais: o que são e quem são no Brasil
8. Lei Brasileira de Inclusão: o que diz a Lei 13.146/2015

Os 8 textos da seção "O essencial sobre justiça social" da vitrine Justiça e Inclusão Social, como estavam no site em 08/11/2026. As fontes de cada informação estão nos links ao longo do texto.

CAPÍTULO 1

Justiça social: o que é, origem do termo, Rawls e o debate

Justiça social é a ideia de que a sociedade deve distribuir de forma justa os direitos, as oportunidades, a renda e os encargos entre as pessoas e os grupos que a compõem. A enciclopédia Britannica a define como "o tratamento justo e o status equitativo de todos os indivíduos e grupos sociais dentro de um Estado ou sociedade" (Britannica). O que é uma distribuição justa, e quem deve fazê-la, é justamente o que se discute.

De onde vem o termo

A expressão "justiça social" parece ter sido usada pela primeira vez pelo padre jesuíta italiano Luigi Taparelli d'Azeglio, no *Saggio teoretico di dritto naturale* (Ensaio teórico de direito natural), de 1840. Ela ficou mais conhecida com o livro do filósofo e padre Antonio Rosmini *La costituzione secondo la giustizia sociale* (A Constituição segundo a justiça social), de 1848. Os dois partiam do direito natural de tradição católica (Robert Kraynak, *The Review of Politics*, 2018). No século XX, o termo passou a ser usado sobretudo para defender a redistribuição de renda pelo Estado, e é esse sentido que as críticas abaixo discutem.

A teoria de John Rawls

O filósofo americano John Rawls, no livro *Uma teoria da justiça* (1971), propôs dois princípios para uma sociedade justa (Stanford Encyclopedia of Philosophy):

1. cada pessoa tem direito igual ao conjunto mais amplo de liberdades básicas compatível com as mesmas liberdades para todos;
2. as desigualdades sociais e econômicas só são aceitáveis se os cargos estiverem abertos a todos, com igualdade de oportunidades, e se trouxerem o maior benefício "aos membros menos favorecidos da sociedade" (o chamado princípio da diferença).

Para chegar a esses princípios, Rawls imaginou pessoas escolhendo as regras da sociedade sem saber que lugar ocupariam nela, o "véu da ignorância". Ele resumiu a ideia como "justiça como equidade", e a Britannica o chama de principal filósofo político do século XX.

As críticas

- **Robert Nozick** (*Anarquia, Estado e utopia*, 1974) propôs a teoria da titularidade: uma distribuição é justa se cada um tem direito ao que possui, porque o adquiriu ou recebeu de forma legítima, qualquer que seja o resultado final. Para ele, redistribuir pelo Estado o que foi adquirido de forma justa é injusto (Stanford Encyclopedia of Philosophy).
- **Friedrich Hayek**, economista austríaco, Nobel de 1974, chamou a justiça social de "miragem" no livro *A miragem da justiça social* (volume 2 de *Direito, legislação e liberdade*, 1976). Argumentou que só uma ação intencional pode ser justa ou injusta; os resultados do mercado, que ninguém planejou, seriam infortúnio, não injustiça. Disse também que o conceito é vago demais para guiar políticas, porque necessidade, mérito e igualdade levam a distribuições diferentes (Raymond Plant, Gresham College, 2013).
- **Quem defende a justiça social** responde, como o filósofo Raymond Plant, que os resultados do mercado são em boa parte previsíveis, o que criaria uma obrigação coletiva de corrigi-los (mesma fonte).

Na Constituição brasileira

A Constituição de 1988 usa a expressão em dois lugares:

- **art. 170:** a ordem econômica tem por fim "assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social";
- **art. 193:** a ordem social "tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais".

O art. 3º põe entre os objetivos do país "construir uma sociedade livre, justa e solidária" e "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais".

O Dia Mundial da Justiça Social

Em 26 de novembro de 2007, a Assembleia Geral da ONU declarou o **20 de fevereiro** como Dia Mundial da Justiça Social (resolução A/RES/62/10) (ONU).

Termos vizinhos

- **Igualdade e equidade:** a diferença entre tratar todos igualmente e dar a cada um conforme a necessidade (Igualdade, equidade e justiça social).
- **Justiça racial:** a justiça social aplicada às desigualdades por cor ou raça (link).
- **Justiça ambiental e socioambiental:** a distribuição dos riscos e benefícios ambientais (Justiça ambiental, Justiça socioambiental).
- **Desigualdade social:** os números da desigualdade no Brasil (link).

Resumo: principais perguntas e respostas

O que é justiça social?

É a ideia de que a sociedade deve distribuir de forma justa os direitos, as oportunidades, a renda e os encargos entre as pessoas e os grupos.

Quem criou o termo justiça social?

Ele parece ter sido usado pela primeira vez pelo padre jesuíta italiano Luigi Taparelli d'Azeglio, em 1840, e ficou conhecido com Antonio Rosmini, em 1848.

O que diz John Rawls sobre justiça social?

Que as desigualdades só são justas se houver igualdade de oportunidades e se beneficiarem os menos favorecidos da sociedade.

Quais as críticas à justiça social?

Robert Nozick diz que é justo o que foi adquirido de forma legítima, qualquer que seja o resultado; Friedrich Hayek diz que os resultados do mercado não são justos nem injustos, porque ninguém os planejou.

A Constituição fala em justiça social?

Sim. O art. 170 diz que a ordem econômica deve seguir "os ditames da justiça social", e o art. 193 põe a justiça social entre os objetivos da ordem social.

Fontes

- Britannica. Social justice.
- Kraynak, R. P. The origins of "social justice" in the natural law philosophy of Antonio Rosmini. *The Review of Politics*, v. 80, n. 1, 2018.
- Stanford Encyclopedia of Philosophy. Distributive justice.
- Plant, R. Just markets. Gresham College, 29 jan. 2013.
- Organização das Nações Unidas. World Day of Social Justice.
- Brasil. Constituição Federal, art. 3º, 170 e 193.

CAPÍTULO 2

Justiça ambiental: o que é, origem do movimento e princípios

Justiça ambiental é o princípio de que nenhum grupo social, por raça, etnia, origem ou renda, deve arcar com uma parte desproporcional dos danos ambientais, e de que todos devem poder participar das decisões que afetam o seu ambiente. É também o nome do movimento social que surgiu nos Estados Unidos nos anos 1980 para defender esse princípio. No Brasil, a expressão aparece muitas vezes como justiça socioambiental, que explica a relação entre os dois termos.

As duas partes do conceito

A agência ambiental dos Estados Unidos (EPA) define justiça ambiental como "o tratamento justo e o envolvimento significativo de todas as pessoas, independentemente de raça, cor, origem nacional ou renda", na criação e na aplicação de leis e políticas ambientais (EPA, versão arquivada de janeiro de 2021). A definição tem duas partes:

- **tratamento justo:** nenhum grupo deve arcar com uma parte desproporcional das consequências ambientais negativas de atividades industriais, comerciais ou de governo;
- **envolvimento significativo:** as pessoas devem ter a oportunidade de participar das decisões, a contribuição delas deve poder mudar a decisão, e quem decide deve procurar os possíveis afetados.

O problema que a justiça ambiental quer corrigir, a concentração dos riscos sobre os mais pobres e sobre grupos discriminados, está descrito em Desigualdade ambiental e, com recorte racial, em Racismo ambiental.

Como o movimento surgiu

Ano	O que aconteceu
1982	Protestos contra um aterro de solo contaminado por PCBs em Warren County, na Carolina do Norte, condado de maioria negra: 523 prisões em seis semanas (United Church of Christ)
1983	Estudo do escritório de auditoria do Congresso (GAO) mostra que três dos quatro aterros de lixo perigoso do Sudeste ficavam em comunidades de maioria negra
1987	Relatório *Toxic Wastes and Race*, da Igreja Unida de Cristo, conclui que a raça era o fator mais associado à localização de depósitos de lixo tóxico no país
1991	A Primeira Cúpula Nacional de Lideranças Ambientais de Pessoas de Cor, em Washington, aprova em 27 de outubro os 17 Princípios da Justiça Ambiental (United Church of Christ)
1994	O presidente Bill Clinton assina a Ordem Executiva 12.898, que manda as agências federais considerar os efeitos desproporcionais de suas ações sobre minorias e populações de baixa renda
2025	A Ordem Executiva 12.898 é revogada em 21 de janeiro, pela Ordem Executiva 14.173 (Sabin Center, Universidade Columbia)

Entre os 17 princípios de 1991, o primeiro afirma "a sacralidade da Mãe Terra, a unidade ecológica e a interdependência de todas as espécies", e o sétimo exige "o direito de participar como parceiros iguais em todos os níveis de tomada de decisão", da avaliação ao planejamento e à fiscalização (mesma fonte).

A justiça ambiental no Brasil

A Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) foi criada no Colóquio Internacional sobre Justiça Ambiental, Trabalho e Cidadania, realizado de 24 a 27 de setembro de 2001 na Universidade Federal Fluminense, em Niterói. A declaração de lançamento da rede definiu injustiça ambiental como "o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social", destinam a maior carga dos danos ambientais às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários e às populações marginalizadas e vulneráveis. Justiça ambiental, para a rede, é "o conjunto de princípios e práticas" que asseguram, entre outras coisas, que nenhum grupo social arque com uma parte desproporcional das consequências ambientais negativas (Selene Herculano, UFF, 2002).

A definição brasileira acrescentou os povos tradicionais e os bairros operários à lista americana, centrada em raça e renda. Os pesquisadores Henri Acselrad, Cecília Mello e Gustavo Bezerra, no livro *O que é justiça ambiental* (Garamond, 2009), resumem a injustiça ambiental como a "imposição desproporcional dos riscos ambientais às populações menos dotadas de recursos" (resenha no *Boletim de Geografia* da UEM, 2013).

O que a lei brasileira prevê

- A Constituição garante a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e impõe ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo (art. 225).
- Para obras e atividades que possam causar degradação significativa, a Constituição exige estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade (art. 225, § 1º, IV). As audiências públicas do licenciamento são o principal momento de participação dos afetados.

Justiça ambiental entre países

O debate sobre quem deve pagar pela proteção do ambiente também se dá entre países. Na Rio-92, os países aprovaram a Declaração do Rio, cujo Princípio 7 fala em "responsabilidades comuns, porém diferenciadas": todos devem cooperar, mas os países desenvolvidos reconhecem uma responsabilidade maior, pelas pressões que as suas sociedades exercem sobre o ambiente e pelos recursos técnicos e financeiros que controlam. O Princípio 10 da mesma declaração trata da outra parte da justiça ambiental: acesso à informação, participação dos cidadãos e acesso à Justiça (Declaração do Rio, em *Estudos Avançados*). Esse debate, que hoje é sobretudo sobre o clima, está em Justiça climática.

Resumo: principais perguntas e respostas

O que é justiça ambiental?

É o princípio de que nenhum grupo social deve arcar com uma parte desproporcional dos danos ambientais, e de que todos devem poder participar das decisões sobre o seu ambiente.

Como surgiu o movimento de justiça ambiental?

Nos Estados Unidos, com os protestos de 1982 contra um aterro tóxico em Warren County, condado de maioria negra da Carolina do Norte.

Quais são os princípios da justiça ambiental?

São 17 princípios aprovados em 1991 por uma cúpula de lideranças em Washington, entre eles o direito de participar como parceiros iguais em todas as decisões.

Quando a justiça ambiental chegou ao Brasil?

A Rede Brasileira de Justiça Ambiental foi criada em setembro de 2001, num colóquio na Universidade Federal Fluminense, em Niterói.

Qual a diferença entre justiça ambiental e justiça socioambiental?

No Brasil, os termos são usados quase como sinônimos; “socioambiental” reforça que a questão ambiental é inseparável da social.

Fontes

- Agência de Proteção Ambiental dos EUA (EPA). Learn about environmental justice. Versão arquivada, jan. 2021.
- United Church of Christ. A Movement Is Born: Environmental Justice and the UCC; Principles of Environmental Justice. 1991.
- U.S. General Accounting Office. Siting of Hazardous Waste Landfills…. 1983.
- Sabin Center for Climate Change Law, Universidade Columbia. President Trump rescinds decades-old environmental justice executive order. 2025.
- Herculano, S. Riscos e desigualdade social: a temática da justiça ambiental e sua construção no Brasil. I Encontro da ANPPAS, 2002. Com a declaração de lançamento da RBJA em anexo.
- Santos, C. F. Resenha de *O que é justiça ambiental*. *Boletim de Geografia*, UEM, 2013.
- Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Estudos Avançados*, v. 6, n. 15, 1992.
- Brasil. Constituição Federal, art. 225.

CAPÍTULO 3

Justiça climática: o que é, origem e o que dizem os acordos

Justiça climática é a ideia de que a crise do clima também é uma questão de justiça. Os países e as pessoas que menos emitiram gases de efeito estufa costumam ser os que mais sofrem com secas, enchentes e ondas de calor, e os que têm menos dinheiro para se proteger. Por isso, quem defende a justiça climática pede que os custos de reduzir as emissões e de se adaptar sejam divididos de acordo com a responsabilidade e a capacidade de cada um. Os números desse impacto desigual estão em Injustiça climática.

De onde vem o conceito

Em 2002, uma coalizão de organizações, entre elas CorpWatch, Third World Network, Oil Watch e Indigenous Environmental Network, publicou os **Princípios de Bali da Justiça Climática**, com 27 princípios, lançados em Joanesburgo durante a Cúpula da Terra. O texto usou como modelo os princípios da justiça ambiental aprovados em 1991, em Washington, na Cúpula de Lideranças Ambientais de Pessoas de Cor (CorpWatch, 2002).

Como a ideia aparece nos acordos

Ano	Acordo	O que diz
1992	**Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima**	os países devem proteger o clima "com base na equidade e em conformidade com suas responsabilidades comuns mas diferenciadas e respectivas capacidades", e os países desenvolvidos "devem tomar a iniciativa" (art. 3º) (Decreto 2.652/1998)
1997	**Protocolo de Kyoto**	só os países desenvolvidos têm metas obrigatórias de redução (Decreto 5.445/2005)
2015	**Acordo de Paris**	todos os países apresentam metas próprias, as NDCs; o preâmbulo observa "a importância para alguns do conceito de 'justiça climática'" (Decreto 9.073/2017)
2022-2023	**Fundo de perdas e danos**	aprovado na COP 27 e posto em funcionamento na COP 28, para ajudar países pobres a lidar com danos que já não podem ser evitados

Até dezembro de 2023, as promessas para o fundo de perdas e danos somavam pouco mais de US$ 700 milhões, menos de 0,2% das perdas anuais estimadas dos países em desenvolvimento, de mais de US$ 400 bilhões por ano (ClimaInfo, pelo IHU, 13/12/2023).

Você sabia?

O Acordo de Paris cita a expressão “justiça climática” uma única vez, no preâmbulo, e com cuidado: observa “a importância para alguns do conceito de ‘justiça climática'”. A fórmula registra a ideia sem adotá-la como obrigação (Decreto 9.073/2017).

O debate: quem deve pagar?

A pergunta divide os países desde 1992, e cada lado se apoia em parte dos próprios acordos:

- **Países em desenvolvimento** e movimentos de justiça climática apoiam-se nas “responsabilidades comuns mas diferenciadas”: quem emitiu mais no passado deve reduzir antes e pagar a adaptação e as perdas dos outros, como diz o art. 3º da Convenção.
- **Países desenvolvidos** apoiam-se na mudança de Kyoto para Paris: no Protocolo de Kyoto, só eles tinham metas obrigatórias; no Acordo de Paris, todos os países apresentam metas próprias, as NDCs.
- **No Brasil,** a Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei 12.187/2009) adotou o princípio “das responsabilidades comuns, porém diferenciadas”, mas só “no âmbito internacional” (art. 3º).

Termos vizinhos

- **Injustiça climática:** os números de quem sofre mais com a crise do clima (link).
- **Políticas de justiça climática:** as medidas para dividir custos e proteger os mais afetados (link).
- **Justiça ambiental:** a origem do conceito, nos Estados Unidos dos anos 1980 (link).
- **Racismo ambiental:** quando os danos ambientais recaem sobre grupos raciais (link).
- **Financiamento climático:** o dinheiro para reduzir emissões e se adaptar (link).

Resumo: principais perguntas e respostas

O que é justiça climática?

É a ideia de que a crise do clima é uma questão de justiça: quem menos emitiu costuma sofrer mais, e os custos de reduzir emissões e de se adaptar devem ser divididos conforme a responsabilidade e a capacidade de cada um.

Qual a origem do termo justiça climática?

Um marco são os Princípios de Bali da Justiça Climática, de 2002, escritos por uma coalizão de organizações com base nos princípios da justiça ambiental de 1991.

O que são responsabilidades comuns mas diferenciadas?

É o princípio da Convenção do Clima de 1992: todos devem proteger o clima, mas de acordo com a sua responsabilidade e capacidade, e os países desenvolvidos devem tomar a iniciativa.

O Acordo de Paris fala em justiça climática?

Só no preâmbulo, onde observa “a importância para alguns do conceito de ‘justiça climática'”.

O que é o fundo de perdas e danos?

Um fundo aprovado na COP 27 (2022) e posto em funcionamento na COP 28 (2023) para ajudar países pobres a lidar com danos do clima que já não podem ser evitados.

Fontes

- CorpWatch. Bali Principles of Climate Justice. 29 ago. 2002.
- Brasil. Decreto 2.652/1998 (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima); Decreto 9.073/2017 (Acordo de Paris); Decreto 5.445/2005 (Protocolo de Kyoto); Lei 12.187/2009 (Política Nacional sobre Mudança do Clima).
- ClimaInfo, republicado pelo IHU Unisinos. Doações para fundo de perdas e danos não cobrem nem 0,2% do necessário. 13 dez. 2023.

CAPÍTULO 4

Declaração Universal dos Direitos Humanos: o que é, história e os 30 artigos

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é o documento em que a ONU listou, pela primeira vez, os direitos e liberdades que valem para todas as pessoas, sem distinção. Foi aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, em Paris, pela Resolução 217 A (III). O primeiro artigo resume a ideia: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos” (texto integral, Unicef Brasil).

Como foi feita

A DUDH foi escrita logo depois da Segunda Guerra Mundial. A ONU, criada em 1945, encarregou da tarefa a Comissão de Direitos Humanos, de 18 membros, que formou um comitê de redação com oito países (ONU):

- **Eleanor Roosevelt** (Estados Unidos) presidiu o comitê de redação e foi a principal força pela aprovação;
- **John Humphrey** (Canadá), diretor da Divisão de Direitos Humanos da ONU, preparou o esboço inicial;
- **René Cassin** (França) escreveu o primeiro projeto;
- **Peng Chun Chang** (China) foi o vice-presidente, e **Charles Malik** (Líbano), o relator.

O texto foi composto em menos de dois anos, e mais de 50 países participaram da redação final.

A votação

Na sessão de 10 de dezembro de 1948, no Palácio de Chaillot, em Paris, 48 dos 58 membros da ONU votaram a favor, nenhum votou contra, 8 se abstiveram e 2 não votaram (Honduras e Iêmen). Entre as abstenções estavam a África do Sul, que protegia o regime do apartheid, a Arábia Saudita, que se opunha aos artigos 16 (casamento) e 18 (liberdade de religião), e seis países comunistas (Wikipédia). Desde então, 10 de dezembro é o Dia dos Direitos Humanos.

Você sabia?

A DUDH, um texto de seis páginas, é o documento mais traduzido do mundo: em 2009, o Guinness registrou 370 línguas e dialetos, do abecásio ao zulu (Guinness World Records).

Os 30 artigos, em resumo

Artigo	O que garante
1	todos nascem livres e iguais em dignidade e direitos
2	os direitos valem sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião, origem ou riqueza
3	direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal
4	proibição da escravidão e do tráfico de escravos
5	proibição da tortura e de tratamento cruel ou degradante
6	todos são reconhecidos como pessoa perante a lei
7	todos são iguais perante a lei e protegidos contra discriminação
8	direito de recorrer aos tribunais contra violações
9	ninguém pode ser preso, detido ou exilado arbitrariamente
10	direito a julgamento justo e público, por tribunal independente
11	presunção de inocência; ninguém é punido por ato que não era crime quando foi praticado
12	proteção da vida privada, da família, da casa e da correspondência
13	liberdade de circular e morar dentro do país, e de sair e voltar
14	direito de pedir asilo em caso de perseguição
15	direito a uma nacionalidade
16	direito de casar e formar família, com consentimento livre dos dois
17	direito à propriedade
18	liberdade de pensamento, consciência e religião, inclusive de mudar de religião
19	liberdade de opinião e de expressão
20	liberdade de reunião e de associação pacíficas
21	direito de participar do governo e de votar em eleições periódicas e livres
22	direito à segurança social
23	direito ao trabalho, a salário igual por trabalho igual e a formar sindicatos
24	direito ao repouso, ao lazer e a férias pagas
25	direito a um padrão de vida com alimentação, vestuário, moradia, saúde e serviços sociais
26	direito à educação, gratuita ao menos no ensino elementar
27	direito de participar da vida cultural e da ciência, e proteção dos direitos de autor

Artigo	O que garante
28	direito a uma ordem social e internacional em que esses direitos se realizem
29	todos têm deveres com a comunidade; os direitos só podem ser limitados por lei
30	nada na Declaração autoriza destruir os direitos que ela estabelece

Resumo da frente; o texto integral em português está no Unicef Brasil.

A DUDH obriga os países?

Não diretamente. A DUDH é uma **declaração**, não um tratado, e por isso não é juridicamente obrigatória. Muitas de suas regras, porém, passaram para tratados, constituições e leis (Wikipédia). Os principais são os dois Pactos Internacionais aprovados pela ONU em 1966, que obrigam os países que os ratificam. O Brasil promulgou os dois em 6 de julho de 1992:

- Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (Decreto 592/1992);
- Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Decreto 591/1992).

Junto com a DUDH, os dois Pactos formam o que a ONU chama de Carta Internacional dos Direitos Humanos.

Termos vizinhos

- **Direitos humanos no Brasil:** a trajetória e a situação no país (link).
- **Discriminação:** o ato de tratar alguém de forma desigual (link).
- **Direito à moradia:** o art. 25 e o que é moradia adequada (link).
- **Igualdade, equidade e justiça social:** a diferença entre os três (link).

Resumo: principais perguntas e respostas

O que é a Declaração Universal dos Direitos Humanos?

É o documento aprovado pela ONU em 10 de dezembro de 1948 que lista os direitos e liberdades de todas as pessoas, sem distinção.

Quem escreveu a Declaração Universal dos Direitos Humanos?

A Comissão de Direitos Humanos da ONU. Eleanor Roosevelt presidiu o comitê de redação; John Humphrey preparou o esboço; René Cassin escreveu o primeiro projeto; P. C. Chang e Charles Malik também tiveram papel central.

Quantos artigos tem a Declaração Universal dos Direitos Humanos?

Trinta, além do preâmbulo.

O que diz o artigo 1º da Declaração?

“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos.”

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é obrigatória?

Não diretamente, porque é uma declaração e não um tratado. Os Pactos Internacionais de 1966, que o Brasil promulgou em 1992, é que obrigam os países que os ratificam.

Fontes

- ONU. History of the Declaration.
- Unicef Brasil. Declaração Universal dos Direitos Humanos (texto integral em português).
- Guinness World Records. Most translated document. 2009.
- Wikipédia. Universal Declaration of Human Rights.
- Brasil. Decreto 591/1992; Decreto 592/1992.

CAPÍTULO 5

Desigualdade social: o que é, como se mede e dados do Brasil

Desigualdade social é a diferença de renda, riqueza, direitos e oportunidades entre os grupos de uma sociedade. Ela aparece no dinheiro que cada um ganha, mas também na escola que frequenta, no acesso à saúde, no bairro onde mora e no tratamento que recebe por sua cor, gênero ou origem. Quando essas diferenças afastam um grupo de forma duradoura dos direitos básicos, fala-se em exclusão social.

Como se mede

Medida	O que mostra
Índice de Gini	vai de 0 (todos têm a mesma renda) a 1 (uma só pessoa tem toda a renda); quanto maior, mais desigual
Razão entre ricos e pobres	quantas vezes a renda média dos mais ricos é maior que a dos mais pobres
IDH ajustado à desigualdade	quanto o Índice de Desenvolvimento Humano cai quando se desconta a desigualdade em saúde, educação e renda
Taxa de pobreza	a parte da população que vive abaixo de uma linha de renda

O Brasil em números

Renda (2024). O índice de Gini da renda domiciliar por pessoa foi de 0,506, o menor da série do IBGE. Os 10% mais ricos tinham renda média de R$ 8.034 por pessoa, 13,4 vezes a dos 40% mais pobres (R$ 601). O 1% mais rico recebia R$ 21.767, ou 36,2 vezes a renda dos 40% mais pobres; em 2023, eram 39,2 vezes (Hoje em Dia, 8/5/2025, com dados da Pnad Contínua do IBGE).

Pobreza (2024). 23,1% dos brasileiros, ou 48,9 milhões de pessoas, viviam abaixo da linha de pobreza de US$ 6,85 por dia (linha do Banco Mundial usada pelo IBGE nesta edição), o menor nível desde 2012 (Metrópoles, 3/12/2025, com dados do IBGE).

Cor ou raça (2024). A pobreza atingia 29,8% dos pardos, 25,8% dos pretos e 15,1% dos brancos (O Povo, 3/12/2025, com dados do IBGE). Ver Desigualdade racial.

Desenvolvimento humano (2023). O IDH do Brasil foi de 0,786, o 84º entre 193 países, na faixa de desenvolvimento humano alto (O Povo, 6/5/2025, com dados do PNUD).

Você sabia?

Quando o PNUD desconta a desigualdade, o IDH do Brasil cai de 0,786 para 0,594. Com isso, o país desce da 84ª para a 105ª posição e passa da faixa de desenvolvimento humano alto para a de médio (O Povo, 2025).

O que a lei brasileira prevê

- **Objetivo da República:** "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais" (Constituição, art. 3º, III).
- **Saúde:** "a saúde é direito de todos e dever do Estado" (art. 196), base do Sistema Único de Saúde.
- **Renda:** o Bolsa Família (Lei 14.601/2023) e o Benefício de Prestação Continuada (Lei 8.742/1993). Segundo o IBGE, sem esses dois programas o índice de Gini de 2024 seria de 0,542, e não de 0,504, na conta da Síntese de Indicadores Sociais, que usa outro recorte da renda e por isso dá um número um pouco diferente do da Pnad de rendimentos (Metrópoles).

Termos vizinhos

- **Exclusão social:** quando a desigualdade afasta um grupo dos direitos básicos (link).
- **Concentração de renda no Brasil:** as raízes da renda concentrada (link).
- **Desigualdade na educação:** as diferenças de acesso e de aprendizagem (link).
- **Desigualdade global:** a desigualdade entre países (link).
- **Igualdade e equidade:** a diferença entre os dois conceitos (link).

Resumo: principais perguntas e respostas

O que é desigualdade social?

É a diferença de renda, riqueza, direitos e oportunidades entre os grupos de uma sociedade, que aparece no dinheiro, na escola, na saúde, na moradia e no tratamento por cor, gênero ou origem.

Como se mede a desigualdade social?

As medidas mais usadas são o índice de Gini, a razão entre a renda dos mais ricos e a dos mais pobres, o IDH ajustado à desigualdade e a taxa de pobreza.

Qual o índice de Gini do Brasil?

Foi de 0,506 em 2024, o menor da série do IBGE, pela renda domiciliar por pessoa.

Quanto o 1% mais rico ganha a mais no Brasil?

Em 2024, o 1% mais rico recebia em média 36,2 vezes a renda dos 40% mais pobres, segundo o IBGE.

A desigualdade afeta o IDH do Brasil?

Sim. Quando se desconta a desigualdade, o IDH cai de 0,786 para 0,594, e o Brasil desce da 84ª para a 105ª posição.

Fontes

- Hoje em Dia. Renda dos 10% mais ricos é 13,4 vezes maior que a dos 40% mais pobres. 8 maio 2025.
- Metrópoles. IBGE: mais de 8,6 milhões deixam a pobreza, em melhor número desde 2012. 3 dez. 2025.
- O Povo. IBGE: 4 em cada 10 crianças e adolescentes de até 14 anos viviam em situação de pobreza no País. 3 dez. 2025.
- O Povo. Brasil sobe cinco posições no ranking do IDH e está na 84ª colocação. 6 maio 2025.
- Brasil. Constituição Federal, art. 3º e 196; Lei 8.742/1993; Lei 14.601/2023.

CAPÍTULO 6

Racismo: o que é, tipos, o que diz a lei e dados do Brasil

Racismo é a discriminação de pessoas ou grupos com base na ideia de raça: tratar alguém como inferior, ou dar vantagem a outro, por causa da cor da pele, da origem étnica ou de traços físicos. O jurista Silvio Almeida o define como "uma maneira sistemática de discriminação que tem a raça como principal fundamento", que gera desvantagens para uns e privilégios para outros (resenha de *Racismo estrutural* na revista Cronos, UFRN). O racismo se distingue do preconceito, que é a atitude, e da discriminação em geral, que pode ter outros motivos.

Raça existe?

Na biologia, não como se pensava. A Associação Americana de Antropólogos Biológicos declarou em 2019 que "raça não fornece uma representação precisa da variação biológica humana". A variação genética entre as pessoas é contínua e não se divide em grupos fechados.

A mesma declaração diz que a raça como "realidade social", como forma de organizar a sociedade e de viver o mundo, "é muito real". É por isso que o racismo existe sem raças biológicas. O IBGE mede a cor ou raça por **autodeclaração**, em cinco categorias: branca, preta, parda, amarela e indígena (IBGE Educa). O Estatuto da Igualdade Racial chama de **população negra** o conjunto de pretos e pardos.

No Censo 2022, 45,3% dos brasileiros se declararam pardos, 43,5% brancos, 10,2% pretos, 0,6% indígenas e 0,4% amarelos. Foi a primeira vez desde 1872 que os pardos superaram os brancos (O Povo, 22/12/2023). Em 1872, no primeiro censo, os pardos (38,3%) já eram um pouco mais que os brancos (38,1%).

Tipos de racismo

- **Racismo individual:** praticado por uma pessoa, em falas e atitudes, como a ofensa racista.
- **Racismo institucional:** está nas regras e rotinas de organizações (escolas, empresas, polícia, hospitais), mesmo sem intenção de quem as aplica.
- **Racismo estrutural:** a ideia de que o racismo faz parte do modo como a sociedade se organiza e se reproduz por gerações. É o mais debatido.
- **Racismo ambiental:** quando a poluição e os riscos ambientais recaem mais sobre comunidades negras, indígenas ou pobres.

De onde vem o racismo no Brasil

A escravidão durou mais de três séculos no Brasil. A Lei Áurea, de 13 de maio de 1888, tem dois artigos: o primeiro declara "extincta" a escravidão, e o segundo revoga as disposições em contrário. Não previu terra, indenização, escola ou trabalho para os libertos. Foi por isso que o Grupo Palmares, de Porto Alegre, escolheu em 1971 o 20 de novembro, e não o 13 de maio, como data da população negra (ver Consciência Negra).

Depois da abolição, o próprio Estado adotou critério racial na imigração. O Decreto-Lei 7.967, de 18 de setembro de 1945, mandava atender, na admissão de imigrantes, "à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência européia" (art. 2º).

O que diz a lei

- **Constituição:** "a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão" (art. 5º, XLII), e é objetivo do país promover o bem de todos "sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade" (art. 3º, IV) (Constituição).
- **Lei do Racismo:** a Lei 7.716/1989 pune a discriminação ou o preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Desde a Lei 14.532/2023, a injúria racial também está nela, com reclusão de 2 a 5 anos.
- **Estatuto da Igualdade Racial:** a Lei 12.288/2010 define discriminação e desigualdade racial e prevê ações afirmativas.
- **Cotas:** o STF declarou constitucionais, por unanimidade, as cotas raciais da UnB em abril de 2012 (ADPF 186, notícia do STF). As políticas estão em Justiça racial.

O racismo nos números

- **Violência:** em 2023, 35.213 dos 45.747 homicídios no Brasil foram de pessoas negras (77%). A taxa entre negros foi de 28,9 por 100 mil habitantes, e entre não negros, de 10,6 (Atlas da Violência 2025, Ipea, pelo Poder360, 12/05/2025).
- **Renda:** em 2021, o rendimento médio do trabalho das pessoas brancas foi 69% maior que o das pretas ou pardas (IBGE, Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, 2ª ed., 2022).
- **Pobreza:** em 2021, 18,6% dos brancos viviam abaixo da linha de US$ 5,50 por dia, contra 34,5% dos pretos e 38,4% dos pardos (mesma fonte).
- **Poder:** em 2021, os brancos ocupavam 69% dos cargos gerenciais (mesma fonte).

Os números por cor ou raça estão detalhados em Desigualdade racial.

Resumo: principais perguntas e respostas

O que é racismo?

É a discriminação baseada na ideia de raça: tratar pessoas como inferiores, ou dar vantagem a outras, pela cor, origem étnica ou traços físicos.

Raça existe biologicamente?

Não. A antropologia biológica afirma que raça não representa bem a variação genética humana, mas a raça é uma realidade social, com efeitos medidos.

Quais são os tipos de racismo?

Os mais citados são o individual, o institucional, o estrutural e o ambiental.

Racismo é crime no Brasil?

Sim. A Constituição o define como crime inafiançável e imprescritível, e a Lei 7.716/1989 define as condutas e as penas.

Qual a diferença entre racismo e preconceito?

Preconceito é a atitude ou o julgamento prévio. Racismo é a discriminação com base na raça, que gera desvantagens concretas.

Fontes

- Associação Americana de Antropólogos Biológicos. AABA Statement on Race and Racism. 27 mar. 2019.
- Carvalho, P. D. P. Resenha de *Racismo estrutural*, de Silvio Almeida. *Cronos*, UFRN, v. 23, n. 1, 2022.
- IBGE. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, 2ª edição. 2022.
- IBGE Educa. Cor ou raça.
- O Povo. Censo 2022: população parda supera a branca pela 1ª vez desde 1872. 22 dez. 2023.
- Poder360. Pessoas negras são 77% das vítimas de homicídio no Brasil. 12 maio 2025. Sobre o Atlas da Violência 2025 (Ipea).
- Brasil. Constituição Federal de 1988; Lei 3.353/1888 (Lei Áurea); Decreto-Lei 7.967/1945; Lei 7.716/1989; Lei 12.288/2010; Lei 14.532/2023.
- Supremo Tribunal Federal. STF julga constitucional política de cotas na UnB. ADPF 186, 26 abr. 2012.

CAPÍTULO 7

Povos e comunidades tradicionais: o que são e quem são no Brasil



Aldeia Beira Rio, na Terra Indígena Erikpatsa, do povo Rikbaktsa, em Brasnorte (MT), em abril de 2025. Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil, CC BY 3.0 BR, via Agência Brasil. Imagem redimensionada.

Povos e comunidades tradicionais são, pelo Decreto 6.040/2007, "grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição" (art. 3º, I) (Senado, Decreto 6.040/2007).

O que a definição quer dizer

A definição tem quatro partes:

- **o grupo se reconhece como tal**: é o **autorreconhecimento**. Ninguém de fora decide se um grupo é tradicional;
- **tem organização social própria**, com regras e formas de decidir do próprio grupo;
- **depende do território e dos recursos naturais** para manter a cultura, a religião, a ancestralidade e o sustento;
- **usa conhecimentos passados pela tradição**, de uma geração para a outra.

O que é território tradicional

Pelo mesmo decreto, **territórios tradicionais** são "os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária" (art. 3º, II).

Para os povos indígenas e para os quilombolas, o decreto remete às regras próprias, o art. 231 da Constituição e o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Senado, Decreto 6.040/2007). Os direitos indígenas estão em Direitos indígenas, e a titulação quilombola, em Comunidades quilombolas.

A política nacional

O Decreto 6.040 criou a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Pelo anexo do decreto (Senado, Decreto 6.040/2007):

- o objetivo principal é "promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais", com ênfase no reconhecimento, no fortalecimento e na garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais e com respeito à sua identidade, às suas formas de organização e às suas instituições (art. 2º);
- o primeiro objetivo específico é "garantir aos povos e comunidades tradicionais seus territórios" e o acesso aos recursos naturais que eles usam tradicionalmente (art. 3º, I);
- o primeiro princípio é "o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural" desses povos (art. 1º, I).

O decreto também define **desenvolvimento sustentável** como "o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração", garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras (art. 3º, III).

Quem tem assento no conselho nacional

O Decreto 8.750/2016 criou o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, um **órgão consultivo**, ou seja, que dá opinião e propõe, mas não decide sozinho (art. 1º). O conselho tem vagas para representantes de 29 segmentos (art. 4º, § 2º) (Senado, Decreto 8.750/2016):

povos indígenas; comunidades quilombolas; povos e comunidades de terreiro e de matriz africana; povos ciganos; pescadores artesanais; extrativistas; extrativistas costeiros e marinhos; caiçaras; faxinalenses; benzedeiros; ilhéus; raizeiros; geraizeiros; caatingueiros; vazanteiros; veredeiros; apanhadores de flores sempre-vivas; pantaneiros;

morroquianos; povo pomerano; catadores de mangaba; quebradeiras de coco babaçu; retireiros do Araguaia; comunidades de fundos e fechos de pasto; ribeirinhos; cipozeiros; andirobeiros; caboclos; e a juventude de povos e comunidades tradicionais.

Essa é a lista das vagas do conselho. Pela definição do Decreto 6.040, o que faz um grupo ser tradicional é o autorreconhecimento e o modo de vida, e não o nome numa lista.

> **Você sabia?**
>
> Os povos indígenas e as comunidades quilombolas são os dois primeiros segmentos da lista do conselho nacional (Senado, Decreto 8.750/2016). Por isso, nesta categoria, eles aparecem ao lado dos outros povos e comunidades tradicionais. Ressalva: os dois têm também regras próprias na Constituição, que o Decreto 6.040 manda observar.

Termos vizinhos

- **Comunidades quilombolas** (link).
- **Comunidades indígenas do Brasil** (link).
- **LCIPP, a plataforma da ONU de comunidades locais e povos indígenas** (link).
- **Reservas extrativistas** (link).
- **Sustentabilidade cultural** (link).

Resumo: principais perguntas e respostas

O que são povos e comunidades tradicionais?

São grupos culturalmente diferenciados que se reconhecem como tais, têm organização social própria e usam o território e os recursos naturais para viver e manter a cultura, pelo Decreto 6.040/2007.

Quem decide se um grupo é tradicional?

O próprio grupo, pelo autorreconhecimento previsto no decreto.

O que é território tradicional?

O espaço necessário para a vida cultural, social e econômica do grupo, usado de forma permanente ou temporária.

Quais grupos fazem parte?

O conselho nacional tem vagas para 29 segmentos, entre eles povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, pescadores artesanais e quebradeiras de coco babaçu.

Qual é o objetivo da política nacional?

Promover o desenvolvimento sustentável desses povos, com garantia dos seus territórios e respeito à sua identidade.

Fontes

- Brasil. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Portal de normas do Senado Federal.
- Brasil. Decreto nº 8.750, de 9 de maio de 2016. Portal de normas do Senado Federal.

CAPÍTULO 8

Lei Brasileira de Inclusão: o que diz a Lei 13.146/2015



O que a sua rua precisa para que todos possam passar? Imagem gerada por IA.

A **Lei Brasileira de Inclusão** é a Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. A ementa diz que ela "Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)". Por isso a lei também é chamada de LBI ou de Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Ficha	Dados
Lei	Lei 13.146, de 6/7/2015
Outros nomes	LBI; Estatuto da Pessoa com Deficiência
Crime de discriminação	reclusão de 1 a 3 anos, e multa (art. 88)
Pessoas com deficiência (Censo 2022)	14,4 milhões, 7,3% da população de 2 anos ou mais

Fontes do quadro: Lei 13.146/2015, pela Câmara; Agência Brasil, 2025, com dados do IBGE.

Quem é pessoa com deficiência pela lei

“Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (art. 2º).

A lei diz também que “A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar” (art. 2º, § 1º).

Barreiras e acessibilidade

A lei chama de barreira “qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa” (art. 3º, IV). Ela lista seis tipos: urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e na informação, atitudinais e tecnológicas.

Acessibilidade é a “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia” de espaços, transportes, informação e serviços (art. 3º, I). A lei também define tecnologia assistiva: “produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade” da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (art. 3º, III).

Os direitos

- **Igualdade:** “Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas” (art. 4º). A lei considera discriminação “toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão” que prejudique os seus direitos (art. 4º, § 1º).
- **Prioridade:** “É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos” (art. 8º).
- **Educação:** “A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis” (art. 27). O tema está em Educação inclusiva.
- **Trabalho:** “A pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo” (art. 34).

A discriminação é crime

A lei pune quem “Praticar, induzir ou incitar discriminação de pessoa em razão de sua deficiência”, com “Pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa” (art. 88) (Lei 13.146/2015).

O que mostram os números

Segundo o IBGE, pelos dados do Censo 2022 publicados em maio de 2025, "o Brasil tinha 14,4 milhões de pessoas com deficiência", ou "7,3% da população do país com 2 anos ou mais de idade". Entre elas, 2,6 milhões declararam dificuldade para ouvir (Agência Brasil, 2025).

O que foi medido e o que é só promessa

- **Regra em vigor:** a Lei 13.146/2015.
- **Medido pelo IBGE (Censo 2022):** 14,4 milhões de pessoas com deficiência, 7,3% da população de 2 anos ou mais.
- Nas fontes consultadas, até 2/11/2026, não encontramos medição oficial nacional de quanto das cidades e dos prédios públicos cumpre as regras de acessibilidade.

Resumo: principais perguntas e respostas

O que é a Lei Brasileira de Inclusão?

É a Lei 13.146/2015, também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência, que trata dos direitos da pessoa com deficiência.

Quem é pessoa com deficiência pela LBI?

Quem tem impedimento de longo prazo, físico, mental, intelectual ou sensorial, que, em interação com barreiras, pode obstruir a sua participação na sociedade.

Discriminar pessoa com deficiência é crime?

Sim. Pelo art. 88 da LBI, a pena é de 1 a 3 anos de reclusão, e multa.

Quantas pessoas com deficiência há no Brasil?

Segundo o Censo 2022 do IBGE, 14,4 milhões, ou 7,3% da população de 2 anos ou mais.

Fontes

- Câmara dos Deputados. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Publicação original.
- Agência Brasil. Brasil tem 14,4 milhões de pessoas com deficiência. 23 de maio de 2025.

Sobre este ebook

123 Ecos. O essencial sobre justiça social. Ecopédia, vitrine Justiça e Inclusão Social. Disponível em: https://123ecos.com.br/justica-e-inclusao-social/. Gerado em 08/11/2026.

Uso permitido: leitura, uso em aula e citação com a fonte. Uso comercial ou republicação precisam de autorização (contato@123ecos.com.br).

Créditos das imagens: junto de cada imagem.

Textos deste ebook

1. Justiça social: o que é, origem do termo, Rawls e o debate. Disponível em: https://123ecos.com.br/docs/justica-social/. Versão de 28/10/2026.
2. Justiça ambiental: o que é, origem do movimento e princípios. Disponível em: https://123ecos.com.br/docs/justica-ambiental/. Versão de 28/10/2026.
3. Justiça climática: o que é, origem e o que dizem os acordos. Disponível em: https://123ecos.com.br/docs/justica-climatica/. Versão de 28/10/2026.
4. Declaração Universal dos Direitos Humanos: o que é, história e os 30 artigos. Disponível em: https://123ecos.com.br/docs/declaracao-universal-direitos-humanos/. Versão de 05/11/2026.
5. Desigualdade social: o que é, como se mede e dados do Brasil. Disponível em: https://123ecos.com.br/docs/desigualdade-social/. Versão de 05/11/2026.
6. Racismo: o que é, tipos, o que diz a lei e dados do Brasil. Disponível em: https://123ecos.com.br/docs/o-que-e-racismo/. Versão de 28/10/2026.
7. Povos e comunidades tradicionais: o que são e quem são no Brasil. Disponível em: https://123ecos.com.br/docs/povos-e-comunidades-tradicionais-o-que-sao-e-quem-sao-no-brasil/. Versão de 08/11/2026.
8. Lei Brasileira de Inclusão: o que diz a Lei 13.146/2015. Disponível em: https://123ecos.com.br/docs/lei-brasileira-de-inclusao-o-que-diz-a-lei-13-146-2015/. Versão de 02/11/2026.